



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 1 de 47

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

TERMO DE REFERÊNCIA N.º 13 / 2020

OBJETO	Contratação de empresa especializada para fornecimento de solução de proteção de dados, compostas por software de gerenciamento, appliance de backup e recuperação de dados – com suporte e garantia on site por um período de 60 (sessenta) meses – e treinamento de operação da solução para o Tribunal de Contas do Distrito Federal, conforme as especificações e necessidade previstas na contratação.
PROCESSO	24668/2019-e
ESTIMATIVA	R\$ 3.310.000,80
REGIME	EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL
TIPO	MENOR PREÇO

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

ÁREA ADMINISTRATIVA Oswaldo Junqueira Vaz Júnior Darlan Lima Carneiro	TELEFONE: (61) 3314-2870 EMAIL: spc@tc.df.gov.br
ÁREA TÉCNICA Alessandro Salomão Gonçalves Fernando de Abrantes Figueiredo Leonardo Ramos Paz Miguel Kojiio Nobre	TELEFONE: (61) 3314-2741 EMAIL: alessandro.goncalves@tc.df.gov.br fernandof@tc.df.gov.br leonardo.paz@tc.df.gov.br miguelkn@tc.df.gov.br



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 2 de 47

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento de solução de proteção de dados, composta por software **de gerenciamento**, *appliances* de backup e recuperação de dados – com suporte e garantia *on site* por um período de **60 (sessenta) meses** – e treinamento de operação da solução para o Tribunal de Contas do Distrito Federal, **conforme as especificações e necessidade previstas na contratação**.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. **Aperfeiçoamento** do desempenho do sistema de backup do TCDF, bem como **melhoramento** da interface **de forma** centralizada para **otimização do gerenciamento** do sistema **de armazenamento de segurança e recuperação dos dados**.

2.2. MOTIVAÇÃO

2.2.1. Razões de Direito

2.2.1.1. Para exercer suas atividades de forma eficiente e para cumprir com a sua missão, conforme descrito em seu Planejamento Estratégico 2016-2019, “GERAR BENEFÍCIOS PARA A SOCIEDADE POR MEIO DO APERFEIÇOAMENTO E CONTROLE DA GESTÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS DO DF”, o TCDF se vale de inúmeros recursos tecnológicos de infraestrutura, de sistemas, de aplicativos e de serviços.

2.2.1.2. O PDTI para o triênio 2016-2019 estabelece objetivos estratégicos para a área de TI, dos quais serão contemplados nesta contratação, acompanhar a evolução tecnológica, garantir a disponibilidade e continuidade dos serviços e promover a segurança da informação.

2.2.1.3. Segundo o disposto no art. 21-A do Regulamento dos Serviços Auxiliares, aprovado pela Resolução nº 273/2014, compete à Secretaria de Tecnologia da Informação - STI:

2.2.1.3.1. Gerenciar os recursos de Tecnologia da Informação, planejar a aquisição, contratação ou locação de recursos de Tecnologia da Informação de que o Tribunal necessite, zelar pela segurança e integridade de sistemas, dados e informações constantes em bases de dados corporativas;



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 3 de 47

2.2.1.4. Segundo o mesmo Regulamento dos Serviços Auxiliares, compete ao Serviço de Infraestrutura:

2.2.1.4.1. Promover o gerenciamento físico e lógico da rede de computadores do Tribunal; zelar pela expansão e atualização tecnológica da rede local, realizar cópias de segurança de informações e aplicativos, definir e implementar plano de contingência de informações e recursos tecnológicos, de forma a assegurar a continuidade do funcionamento dos sistemas de informação em situações imprevistas, zelar pelo sigilo, segurança lógica e física das informações disponíveis na rede de computadores do Tribunal.

2.2.2. Razões de Fato

2.2.2.1. Os equipamentos que compõem o sistema de backup, atualmente, estão sem a cobertura de garantia e apesar do backup acontecer diariamente, e ter sido utilizado algumas vezes, a STI tem encontrado problemas com relação ao desempenho e gerência do backup.

2.2.2.2. Com relação ao desempenho, o principal problema encontrado tem sido o storage utilizado, Processo nº 16.352/2014, no qual, dentre as soluções disponíveis, foi escolhida a configuração modular, que “consiste de computadores (denominados dispositivos de blocos [...] contendo algumas unidades de disco [...], e cada computador é um módulo do sistema de armazenamento. A interconexão é por meio de switch comum (com portas Gigabit Ethernet), usando-se o protocolo iSCSI”.

2.2.2.3. Após o Processo 16.352/2014, outros dois processos deram continuidade à solução de storage aberto (Processos nº 12.696/2015 e Processo nº 21.622/2016), o que deu ao Tribunal o total de armazenamento líquido de 352,76 TiB (o projeto inicial previa; uma capacidade de armazenamento maior pelo fato de utilizar RAID 5 – tecnologia que permite que um disco falhe sem perda de dados –, porém, em novos desenhos do storage, decidiu-se por utilizar RAID 6 – que permite que dois discos falhem sem perda de dados –, o que acabou diminuindo a capacidade líquida inicialmente prevista.

2.2.2.4. Conforme apresentado nos processos de aquisição supracitados, o custo-benefício da solução de *storage* aberto foi vantajoso para o Tribunal, visto que nos anos anteriores adquiriu-se uma grande capacidade de armazenamento sem o



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 4 de 47

custo de um *storage* proprietário, no entanto, após a implementação, utilização e redesenhos da solução, percebeu-se que:

2.2.2.5. O desempenho do *storage* aberto é inferior ao de um *storage* proprietário, com desempenho similar ao de um simples disco SATA local, o que prejudica o desempenho de algumas aplicações;

2.2.2.6. Diante da lentidão dos discos e limitações do projeto, os backups demoram a ser concluídos, impactando os sistemas e a produção dos usuários desta Casa.

2.2.2.7. Com relação à gerência do backup, atualmente não há uma solução centralizada, com a qual seja possível atender um incidente de forma rápida, verificar logs, inserir novos objetos de backup, verificar o status dos backups etc. Atualmente, essa gerência é realizada por meio de comandos Linux em cada *storage* de backup, o que dificulta bastante a administração do ambiente, a visualização de falhas e, principalmente, a recuperação dos dados para os usuários.

2.3. RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

2.3.1. Melhorar a infraestrutura de backup do TCDF, com a **realização do** backup full, incremental e diferencial e proceder à recuperação de dados (recovery), **por mecanismos** de gerencialismo centralizado.

2.3.2. Melhoria da infraestrutura de backup do TCDF;

2.3.3. Aperfeiçoamento dos sistemas de backup, com a implementação das **seguintes funcionalidades**:

2.3.3.1. *data reduction e deduplication*;

2.3.4. Permitir backup de serviços que estejam na nuvem;

2.3.5. Replicação de dados em outro Datacenter;

2.3.6. **Melhoria do** tempo de backup e restore.

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

3.1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

3.1.1. O objeto da contratação se dará em **lote único** composto de dois itens:



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 5 de 47

3.1.1.1. ITEM 1 - SOLUÇÃO DE PROTEÇÃO DE DADOS.

3.1.1.2. ITEM 2 - TREINAMENTO DA SOLUÇÃO.

3.2. DOS REQUISITOS TÉCNICOS

3.2.1. ITEM 01 – SOLUÇÃO DE PROTEÇÃO DE DADOS

3.2.1.1. **ARQUITETURA DA SOLUÇÃO DE PROTEÇÃO DE DADOS**

3.2.1.1.1. A CONTRATADA deverá entregar a solução totalmente operacional (montada, instalada e configurada), com todas as licenças, hardware e software necessários para o pleno funcionamento da solução, devidamente pronta para utilização, em dois locais distintos, a saber:

3.2.1.1.1.1. Datacenter do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF (software e um appliance de discos – produção);

3.2.1.1.1.2. Datacenter da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação – SUTIC (appliance de discos – recuperação de desastres).

3.2.1.1.2. Os 2 (dois) conjuntos de appliances de discos deverão ter funcionamento integrado de forma a atender plenamente às especificações e requisitos de sistema abaixo descritos:

3.2.1.1.2.1. 10 (dez) hospedeiros de máquinas virtuais, com 02 (dois) sockets cada;

3.2.1.1.2.2. 140 (cento e quarenta) máquinas virtuais;

3.2.1.1.2.3. No mínimo, 136 TiB de capacidade útil, sem considerar ganhos com deduplicação e compressão de dados e após configuração de redundância.

3.2.1.1.3. A estrutura da solução será montada da seguinte forma:

3.2.1.1.3.1. Para o site principal (produção), que deverá contemplar o software de backup e appliance de discos, será instalado e configurado no datacenter do TCDF; e

3.2.1.1.3.2. Para o site de secundário (recuperação de desastre),



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 6 de 47

com apenas 1 (um) appliance de discos – para fins de replicação de dados do site principal – **será instalado e configurado no datacenter da SUTIC.**

3.2.1.1.4. A replicação de dados deverá estar licenciada entre os dispositivos que compõem a solução.

3.2.1.2. **SOFTWARE DE BACKUP**

3.2.1.2.1. **ESPECIFICAÇÕES GERAIS**

3.2.1.2.1.1. Possuir banco de dados ou catálogo interno, contendo informações sobre todos os arquivos e mídias onde os backups foram armazenados.

3.2.1.2.1.2. Possibilitar a reconstrução do catálogo ou banco de dados no caso de perda do mesmo.

3.2.1.2.1.3. Permitir proteger e/ou replicar o catálogo interno ou banco de dados para fins de recuperação em caso de desastre.

3.2.1.2.1.4. O software de backup deverá suportar criptografia de dados na origem (cliente de backup), de forma que seja garantido que o dado trafegará na rede local ou na rede WAN criptografado.

3.2.1.2.1.5. Possuir a capacidade de atualizar os agentes clientes de backup, de forma automática e centralizada. Permitir ser montado em rack padrão de 19” (dezenove) polegadas, incluindo os respectivos kits de fixação com trilhos de fácil encaixe (sem parafusos);

3.2.1.2.2. **GERENCIAMENTO**

3.2.1.2.2.1. Possuir ambiente de gerenciamento de backup e *restore* via interface gráfica e linha de comando.

3.2.1.2.2.2. Possuir função de agendamento do backup através de calendário.

3.2.1.2.2.3. Possuir capacidade de estabelecer níveis de acesso diferenciados e configuráveis para atividades de administração e operação do software de backup.



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 7 de 47

3.2.1.2.2.4. Permitir a programação de tarefas de backup automatizadas em que sejam definidos prazos ou pontos de retenção dos arquivos nos discos.

3.2.1.2.2.5. Deve possuir políticas de ciclo de vida de forma nativa (ILM – Information Lifecycle Management), para gerenciar camadas de armazenamento.

3.2.1.2.2.6. Deve possibilitar múltiplas cópias com políticas de ciclo de vida (ILM – Information Lifecycle Management).

3.2.1.2.3. FUNCIONALIDADES DE PROTEÇÃO DE DADOS – BACKUP E RESTORE

3.2.1.2.3.1. Possuir capacidade de realizar backups completos (*full*) e incrementais de servidores.

3.2.1.2.3.2. Permitir que o backup seja feito pela rede ethernet (corporativa ou dedicada ao backup), podendo ser LAN ou WAN.

3.2.1.2.3.3. Permitir a programação de tarefas de backup automatizadas em que sejam definidos prazos ou pontos de retenção dos arquivos.

3.2.1.2.3.4. Permitir a execução de backup em nível de volume, diretório e arquivo.

3.2.1.2.3.5. Possuir capacidade de efetuar o backup completo de servidores Windows e Linux visando recuperação de desastres.

3.2.1.2.3.6. Possuir a função de backup de imagem (image backup) para que seja possível fazer o *restore* completo dos sistemas de arquivos a partir da imagem full.

3.2.1.2.3.7. Possuir a capacidade de reiniciar backups ou *restores* a partir do ponto de falha, após a ocorrência da mesma.

3.2.1.2.3.8. Deverá permitir gerenciamento centralizado ou distribuído, permitindo que vários administradores de backup possam agendar, iniciar e monitorar as sessões de backup/*restore* iniciadas.



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 8 de 47

3.2.1.2.3.9. Todas as licenças relativas ao catálogo ou base de dados, que devem ser capazes de indexar todos os arquivos protegidos, deverão ser fornecidas em conjunto com a solução proposta.

3.2.1.2.3.10. O software de backup deverá ser capaz de realizar cópia de arquivos abertos sem que a consistência dos mesmos seja comprometida.

3.2.1.2.3.11. O software de backup deverá suportar as opções de backup e *restore* através de rede local (LAN).

3.2.1.2.3.12. O software de backup deverá ser capaz de enviar alertas através de correio eletrônico com o objetivo de reportar eventos ocorridos na operação.

3.2.1.2.3.13. O software de backup deverá possuir a funcionalidade de agendamento automático de *jobs* de backup, com opção de configuração de prioridades, para que um *job* de maior prioridade seja inicializado primeiro ou possuir a funcionalidade de encadeamento de *jobs*, para que um só inicie após o outro ter terminado.

3.2.1.2.3.14. O software de backup deverá permitir o *restore* granular de objetos e atributos do *Active Directory* da Microsoft, sem a necessidade de efetuar um restore completo da floresta ou da árvore de informações.

3.2.1.2.3.15. O software de backup deverá efetuar operações de backup em discos rígidos.

3.2.1.2.3.16. Deverá possibilitar a geração de mais de uma cópia do backup sem que haja necessidade de nova conexão com o cliente.

3.2.1.2.3.17. O software de backup deverá ser capaz de emitir relatórios com informações completas sobre os *jobs* executados e porcentagem de sucesso de backups e restores.

3.2.1.2.3.18. O software de backup deverá permitir a execução de backups do tipo sintético, que possibilita através do último backup full



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 9 de 47

mais os incrementais fazer a qualquer momento um backup full consolidado, diminuindo assim o tempo total de janela de backup.

3.2.1.2.3.19. O software de backup deverá possuir a funcionalidade de criar múltiplas cópias de backups armazenados, com a opção de recuperação dos dados através do site secundário se o site primário não estiver disponível.

3.2.1.2.4. **FUNCIONALIDADES DE REPLICAÇÃO DE BACKUP**

3.2.1.2.4.1. A solução de proteção de dados deverá ser capaz de realizar a replicação de dados entre *appliances* de backup do mesmo modelo localizados em sites remotos.

3.2.1.2.4.2. A solução de proteção de dados deverá permitir *restore* dos dados a partir das cópias armazenadas nos *appliances* de backup em disco remotos.

3.2.1.2.4.3. A solução de proteção de dados deverá permitir o controle de banda de rede durante o processo de replicação.

3.2.1.2.4.4. É permitido que a funcionalidade de controle de banda durante o processo de replicação, seja implementada por meio da configuração dos *appliances* de backup em disco especificados.

3.2.1.2.5. **FUNCIONALIDADES DE CONTROLE DE BACKUP EM DISCO**

3.2.1.2.5.1. Possuir a função de duplicação de imagens de backup.

3.2.1.2.5.2. Possuir a função de disk *staging*, ou seja, que permite o envio dos dados para disco e posteriormente do disco para outro tipo de mídia (disco ou tape).

3.2.1.2.5.3. Possuir a capacidade de verificar o conteúdo do backup, de forma a garantir que esteja íntegro.

3.2.1.2.5.4. Deve conter dentro do catálogo interno ou banco de dados informações dos backups que foram realizados, possibilitando mostrar o conteúdo interno de cada backup, para facilitar a



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 10 de 47

administração e o controle.

3.2.1.2.5.5. O software de backup e/ou a solução de proteção de dados deve ser capaz de utilizar o *appliance* de backup em disco como destino de backup

3.2.1.2.5.6. O software de backup deverá permitir a gravação de backups Disk-to-Disk.

3.2.1.2.5.7. Para a configuração do repositório de dados em disco o software de backup deverá suportar as seguintes funções:

3.2.1.2.5.7.1. Permitir gravação de dados de backup em compartilhamento de redes CIFS ou Network File System (NFS);

3.2.1.2.5.7.2. Configuração de alertas para informar falta de espaço disponível para armazenamento em disco;

3.2.1.2.5.7.3. Capacidade de expansão do volume de armazenamento em disco;

3.2.1.2.5.7.4. Para uma tarefa de backup, deve haver a possibilidade de configuração de diferentes períodos de retenção ou pontos de retenção;

3.2.1.2.5.7.5. Para uma tarefa de backup já armazenada (imagem), deve haver a possibilidade de estender o período ou pontos de retenção ou possibilidade de realizar uma cópia dessa imagem para outro repositório com maior período ou pontos de retenção.

3.2.1.2.5.8. Permitir que o backup possa ser realizado em dispositivos que possuam tecnologias de deduplicação de dados.

3.2.1.2.6. FUNCIONALIDADES DE BACKUP COM DESDUPLICAÇÃO DE BLOCOS:

3.2.1.2.6.1. Para efeito de comprovação das capacidades de deduplicação de blocos solicitadas a seguir, serão aceitas



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 11 de 47

implementações onde esta capacidade seja atendida somente pelo software de backup ou pelo conjunto da solução (software de backup trabalhando junto com o equipamento *appliance* de backup em disco especificado na proposta).

3.2.1.2.6.2. Possuir algoritmo de deduplicação, realizando o salvamento em disco, uma única vez, de blocos de arquivos idênticos, seja de servidores clientes físicos ou virtuais.

3.2.1.2.6.3. Permitir a salvaguarda dos dados deduplicados em *appliance* de backup em disco em localidades remotas.

3.2.1.2.6.4. Suportar múltiplas operações de backup e restore simultâneas.

3.2.1.2.6.5. Permitir a execução automática e controlada pelo job de backup, de scripts ou arquivos de lote criados pelo administrador de backup.

3.2.1.2.7. **SUPORTE DE AMBIENTES**

3.2.1.2.7.1. O software de backup deverá ser capaz de fazer backup e *restore* de ambientes virtualizados (servidores virtuais configurados em servidores físicos), com suporte à tecnologia de virtualização Proxmox ou KVM.

3.2.1.2.7.2. Para soluções que não se integrem ou suportem nativamente a tecnologia de virtualização Proxmox ou KVM, será aceito o backup via agentes instalados em cada máquina virtual, desde que atendam a todos os outros itens do edital.

3.2.1.2.7.3. O software de backup deve possuir a capacidade de realizar backup e restore de file systems montados em dispositivos Network-Attached Storage (NAS).

3.2.1.2.7.4. O software de backup deverá possuir agentes (clientes) para as seguintes versões de Sistemas Operacionais:

3.2.1.2.7.4.1. S.O. Windows Server versões 2008 R2 SP1 e 2012 e posteriores;



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 12 de 47

3.2.1.2.7.4.2. S.O. Windows versão 10 e posteriores;

3.2.1.2.7.4.3. S.O. Linux Red Hat Enterprise versões 6, 7 e posteriores;

3.2.1.2.7.4.4. S.O. Linux Ubuntu versões 16.04, 18.04 e posteriores.

3.2.1.2.7.5. O software de backup deve realizar backup on-line, utilizando agente específico, dos seguintes bancos de dados:

3.2.1.2.7.5.1. Microsoft SQL Server 2012, 2014 e posteriores;

3.2.1.2.7.5.2. MySQL 5.7, 8 e posteriores;

3.2.1.2.7.5.3. PostgreSQL 10.6 e posteriores.

3.2.1.2.7.6. Para o backup dos bancos de dados MySQL e PostgreSQL, admite-se o uso de scripts pre/post backup para atendimento ao item, sendo a CONTRATADA responsável pela disponibilização e customização dos mesmos para o ambiente do TCDF.

3.2.1.2.7.7. O software de backup deve permitir realizar restauração, através de um único backup, de:

3.2.1.2.7.7.1. Máquina virtual completa ou recuperação bare-metal (image backup);

3.2.1.2.7.7.2. Arquivos de dentro da máquina virtual (Windows ou Linux).

3.2.1.2.7.8. O software de backup deve suportar o backup on-line de Active Directory 2008 R2 SP1, 2012 e posteriores:

3.2.1.2.7.8.1. Deve suportar restore completo do Active Directory 2008 R2 SP1 e posteriores;

3.2.1.2.7.8.2. Deve suportar restore granular de objetos do Active Directory e de propriedades individuais de objetos do Active Directory, sem a necessidade de reiniciar o servidor do Active Directory 2008 R2 SP1, 2012, 2012 R2 e posteriores.



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 13 de 47

3.2.1.2.7.9. O software de backup deve suportar comprovadamente backup e restores de máquinas virtuais KVM:

3.2.1.2.7.9.1. Para soluções que não possuem conectores ou compatibilidade nativa com KVM serão aceitas soluções que executam backup completo (clone) de máquinas virtuais Linux e Windows via agentes, de forma que seja possível a restauração bare-metal, ou seja, uma restauração completa na mesma máquina virtual sem sistema operacional;

3.2.1.2.7.9.2. Para a restauração por bare-metal será aceito que a operação seja executada por console gráfica diretamente no cliente, ou seja, fora da console principal da solução.

3.2.1.2.7.10. O software de backup deve permitir que seja possível restaurar de forma granular, um único arquivo pertencente a uma máquina virtual, bem como restaurar uma máquina virtual, sem necessidade de scripts, realizando as tarefas de backup/recovery via interface gráfica.

3.2.1.2.7.11. O software de backup deve prover otimização do backup e recursos, permitindo que somente blocos utilizados ou alterados sejam copiados no processo de backup de servidores Windows e Linux.

3.2.1.2.8. **FUNCIONALIDADES DE GERAÇÃO DE RELATÓRIOS**

3.2.1.2.8.1. Permitir gerar relatórios customizáveis de volume de backup realizados por período.

3.2.1.2.8.2. Permitir gerar relatórios customizáveis de atividades de *restore* realizados por período.

3.2.1.2.8.3. Permitir gerar relatórios customizáveis de Jobs realizados com sucesso e erros ocorridos por período.

3.2.1.2.8.4. Permitir exportar os relatórios para formato HTML ou outro formato portátil de visualização amigável.

3.2.1.2.9. **SOBRE OS APPLIANCE DE BACKUP EM DISCO**



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 14 de 47

3.2.1.2.9.1. Deve constar no site do fabricante (documento oficial e público) como um *appliance* de backup em disco, em linha de produção. Não serão aceitas soluções definidas por software (Virtual Appliance).

3.2.1.2.9.2. Devem incluir garantia fornecida pelo FABRICANTE e suporte técnico da CONTRATADA, ambos por um período mínimo de 60 (sessenta) meses, contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo – TRD.

3.2.1.2.9.3. Devem possuir fontes de alimentação redundantes, do tipo “hot-swappable”, de forma que, em caso de falha por defeito interno ou por falta de alimentação em um dos circuitos, não haja comprometimento da operação dos equipamentos.

3.2.1.2.9.4. Devem ser novos, de primeiro uso e vir acompanhado de todos os acessórios para a devida instalação em rack padrão 19 polegadas.

3.2.1.2.9.5. Devem possuir tecnologia de deduplicação de dados, ou seja, não armazenar mais de uma vez dados idênticos, permitindo eliminar segmentos redundantes, de forma a reduzir a utilização de espaço em disco destinada ao armazenamento dos dados de backup.

3.2.1.2.9.6. Devem possuir a capacidade nativa de realizar a replicação local e/ou remota (via protocolo TCP/IP) dos dados entre *appliances* do mesmo modelo em formato deduplicado, permitindo o restore dos dados a partir das cópias armazenadas nos *appliances* de backup em disco remotos.

3.2.1.2.9.7. A replicação de dados entre *appliances* do mesmo modelo implementada deverão permitir que somente os dados já deduplicados sejam transferidos localmente e/ou remotamente (via protocolo TCP/IP), de forma a diminuir o tempo necessário para a movimentação dos dados (janela de backup).

3.2.1.2.9.8. Deve ser fornecido com todas as licenças necessárias para a realização das operações de administração, geração de



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 15 de 47

relatórios, gravação de dados, recuperação de dados, deduplicação e replicação de dados, já descontadas todas as perdas com redundâncias, paridades e de proteção do arranjo de discos.

3.2.1.2.9.9. Devem possuir performance de vazão (*throughput*) de, no mínimo, 14,86TB/hora.

3.2.1.2.9.10. Devem garantir a segurança dos dados armazenados, em casos de falha de alimentação elétrica e de falha lógica de escrita/leitura.

3.2.1.2.9.11. Devem ser fornecidos com a seguinte conectividade:

3.2.1.2.9.11.1. 01 (uma) portas Ethernet de gerência para conexão de cabos UTP CAT6 e conectores RJ-45;

3.2.1.2.9.11.2.04 (quatro) portas Gigabit Ethernet para conexão de cabos UTP CAT6 e conectores RJ-45;

3.2.1.2.9.11.3.04 (quatro) portas de 10Gb para conexão com switch SFP+;

3.2.1.2.9.11.4. Devem ser fornecidos 04 (quatro) cabos de 3 metros, para cada appliance, com capacidade de se conectar a portas SFP+ dos switches DELL S4048-ON e DELL N4064F.

3.2.1.2.9.12. Se a solução de armazenamento for baseada em gavetas de discos, a arquitetura deve ser redundante, com no mínimo 2 (dois) caminhos de acesso às gavetas

3.2.1.2.9.13. Devem possuir, no mínimo, 136 TiB de capacidade útil, sem considerar ganhos com deduplicação e compressão após a configuração de redundância.

3.2.1.2.9.14. Devem possuir ferramenta de gerenciamento para total administração e configuração dos appliances de backup em disco, permitindo configuração e monitoramento de equipamentos locais ou remotos, além de permitir a análise de desempenho.

3.2.1.2.10. DO SERVIÇO DE GARANTIA ON SITE



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF

Secretaria de Tecnologia da Informação - STI

Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 16 de 47

3.2.1.2.10.1. O prazo de garantia *on site* do fornecimento, instalação, **configuração** e suporte técnico da solução de backup será de **60 (sessenta) meses**, oferecidos pelo fabricante da solução ofertada, contados da data do recebimento definitivo do objeto.

3.2.1.2.10.2. Caso a CONTRATADA tenha ofertado um prazo maior, será considerado o prazo constante da sua proposta técnica.

3.2.1.2.10.3. O suporte técnico deve estar disponível para abertura de chamados técnicos nos dias úteis, das 9h às 19h e os chamados devem ser resolvidos em até 5 (cinco) dias úteis após a abertura chamado, independente da severidade.

3.2.1.2.10.4. Após a conclusão da instalação do equipamento, um técnico da CONTRATADA **deverá estar disponibilizado ao** TCDF por 2 (dois) dias consecutivos, **virtualmente ou presencialmente**, em data a ser combinada, das 14 horas às 18 horas, totalizando 08 (oito) horas, para realizar os ajustes necessários e atender às demandas da equipe de infraestrutura de TI.

3.2.1.2.10.5. Para a abertura de chamados, a CONTRATADA deverá fornecer um número de telefone fixo e um endereço eletrônico (e-mail).

3.2.1.2.10.6. A CONTRATADA deverá fornecer garantia contra defeitos de fabricação e falhas no serviço de transporte e assistência técnica (instalação, configuração e manutenção corretiva), sem custos adicionais.

3.2.1.2.10.7. Os chamados para agendamento de atividades planejadas, em data futura, devem ser registrados da mesma maneira que os demais.

3.2.1.2.10.8. A CONTRATADA deverá emitir e entregar, para cada atendimento realizado, uma **Ordem de Serviço – nos termos do Anexo V - Modelo de Ordem de Serviço** – contendo número do atendimento, informações da solicitação, procedimentos técnicos, solução e horário início/fim bem como manter histórico de ações e atividades realizadas.



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 17 de 47

3.2.1.2.10.9. Em caso de desastre no site principal (que contará com solução de software de backup e *appliance* de discos) a CONTRATADA deverá reinstalar o software de backup para acesso aos dados contidos no site secundário.

3.2.1.2.11. **DEMAIS ITENS DE COMPATIBILIDADE**

3.2.1.2.11.1. No prazo de vigência do contrato, em caso de atualização do parque tecnológico do TCDF, a solução de backup deverá ser compatível, com as seguintes tecnologias ou funcionalidades, mesmo que não licenciadas no momento da compra:

3.2.1.2.11.2. Realizar backups de provedores de serviços na nuvem para a rede local do TCDF, como, por exemplo, Microsoft Azure ou Google Cloud Storage.

3.2.1.2.11.3. Hypervisor VMware, versões com suporte.

3.2.1.2.11.4. Microsoft Exchange, versões com suporte.

3.2.1.2.12. **ASPECTOS GERAIS**

3.2.1.2.12.1. O **prazo para entrega** da solução ofertada será de 60 (sessenta) dias após assinatura do contrato.

3.2.1.2.12.2. A **CONTRATADA** deverá apresentar uma matriz indicando os itens dos manuais do fabricante que correspondam aos solicitados pelo TCDF, a fim de comprovar a aderência do equipamento às especificações.

3.2.1.2.12.3. **Após os trâmites de tombamento dos equipamentos entregues, a CONTRATADA será instada para realizar a instalação e configuração dos equipamentos** e de seus componentes.

3.2.1.2.12.4. **A montagem, instalação e configuração** deverá ser realizada **em 2(dois) locais distintos**, indicado pelo TCDF, incluindo o material, mão de obra, **insumos** e ferramentas, sem ônus adicional para o CONTRATANTE ou prejuízo para seus serviços.

3.2.1.2.12.5. A **montagem, instalação e configuração** deverão ser



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 18 de 47

realizadas de acordo com o padrão já utilizado na rede local do TCDF.

3.2.1.2.12.6. A CONTRATADA deve garantir a plena **compatibilidade de operação dos 2(dois) conjunto de appliances implantados** em harmonia com os demais equipamentos da rede local em que estarão interligados, atendendo às regras e regulamentos estabelecidos no TCDF e na SUTIC.

3.2.1.2.12.7. Os serviços de **montagem, instalação e configuração, da solução que ocorrerá nos 2(dois) locais distintos**, deverão contemplar, no mínimo, as seguintes etapas:

3.2.1.2.12.7.1. Transporte, desembalagem, instalação física, configuração e ativação dos softwares e equipamentos da solução;

3.2.1.2.12.7.2. Fornecer os equipamentos com todos os itens acessórios de hardware e software necessários à sua perfeita instalação e funcionamento, incluindo: cabos, conectores, interfaces, suportes, trilhos, drivers de controle, softwares de configuração;

3.2.1.2.12.7.3. Integração com o *storage* e *switches* existentes, com as devidas configurações de failover e load-balance;

3.2.1.2.12.7.4. Deverão ser instalados e configurados as funcionalidades disponíveis no licenciamento do software de backup, bem como aquelas apontadas pelo CONTRATANTE conforme previsto na especificação técnica deste termo de referência;

3.2.1.2.12.7.5. Configuração no software de backup e nos *appliance* de backup em disco, da estratégia de backup e replicação de dados definido pelo CONTRATANTE;

3.2.1.2.12.7.6. A replicação de dados do data center principal para o secundário (localizado a menos de 5 km do site principal) deverá ser configurada pela CONTRATADA.



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 19 de 47

3.2.1.2.12.7.7. Configuração de alertas e relatórios disponíveis no software de backup e *appliance* de *backup* em disco.

3.2.1.2.12.8. Não haverá serviço de migração do ambiente antigo de backup para o atual.

3.2.1.2.12.9. A responsabilidade de adequação de infraestrutura do local onde serão instalados os equipamentos será de responsabilidade do CONTRATANTE, exceto para já supracitados, ou seja, todos os componentes necessários para instalação serão de responsabilidade da CONTRATADA.

3.2.1.2.12.10. O prazo para a **montagem**, instalação e a configuração dos equipamentos – **os quais serão em dois locais distintos** – será de, no máximo, 15 (quinze) dias úteis, contados da expedição **da Ordem de Serviço** do TCDF, **nos termos do Anexo V**.

3.2.1.2.12.11. O pagamento dos equipamentos, incluindo a garantia on site de 60 (sessenta) meses de que trata este item, será feito de forma integral e em parcela única, sempre que solicitado o cumprimento dos preços licitados, por meio de celebração de contrato de fornecimento específico.

3.2.1.2.12.12. A Nota Fiscal, referente fornecimento da solução de backup de dados, com garantia *on site*, será única, considerando o disposto na Lei Complementar nº 116/2003 e o Acórdão TCU nº 1.177/2014 - Plenário, haja vista que o custo dos equipamentos é superior ao dos serviços de garantia e a operação deve ser tributada pelo ICMS, em consonância com a legislação aplicável em vigor.

3.2.2. ITEM 2 - TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DA SOLUÇÃO

3.2.2.1. O prazo para a realização do **primeiro** treinamento da solução de armazenamento é de, no máximo, 30 (trinta) dias, contados da **montagem**, instalação **e configuração** da solução.

3.2.2.2. A data e o horário do treinamento **e capacitação** serão acordados entre a equipe responsável do TCDF e a CONTRATADA.



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 20 de 47

3.2.2.3. O treinamento deverá ser realizado nas dependências do TCDF, em Brasília/DF, por profissional certificado pelo fabricante do produto ofertado.

3.2.2.4. O treinamento deverá ser ministrado com a participação de até 04 (quatro) **servidores**.

3.2.2.5. **Cada treinamento** deve possuir, no máximo, 16 (dezesesseis) horas de treinamento, sendo a carga horária diária de, no máximo, 4 (quatro) horas.

3.2.2.6. **O treinamento e capacitação da solução** deverá ser ministrado durante o período de expediente do Tribunal (das 13h às 19h).

3.2.2.7. Deverá ser disponibilizado material em formato digital do conteúdo do treinamento. Configuração no software de backup e nos *appliance* de backup em disco, da estratégia de backup e replicação de dados definido pelo CONTRATANTE.

3.2.2.8. O treinamento deve cobrir **todos** os conhecimentos necessários para:

- 3.2.2.8.1. administração;
- 3.2.2.8.2. utilização da solução;
- 3.2.2.8.3. configuração;
- 3.2.2.8.4. otimização; e
- 3.2.2.8.5. troubleshooting.

3.2.2.9. A CONTRATANTE poderá solicitar repetição do treinamento, com os ajustes necessários, sem ônus adicional, caso a sua qualidade não atenda às expectativas, com uma aceitação inferior a 70%.

3.2.2.10. A CONTRATADA deverá fornecer certificado de conclusão do curso, contendo a carga horária e o conteúdo programático.

3.2.3. SOLUÇÕES DE BACKUP UTILIZADAS NO TCDF E JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

3.2.3.1. Atualmente toda intervenção para realização de backup necessita de uma pessoa, técnico do TCDF, com a adoção da estrutura de appliance teremos:

- 3.2.3.1.1. Aquisição de equipamento específico para backup totalmente integrado e completo, com software e sistema operacional otimizado, pré-



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 21 de 47

instalado e com desempenho aprimorado. Sem necessidade de montagem. Basta solicitar um único appliance integrado;

3.2.3.1.2. Instalação e integração fornecida com hardware, sistema operacional e software pré-instalado, totalmente configurado e com desempenho otimizado;

3.2.3.1.3. Apenas uma interface de usuário para gerenciar, configurar, monitorar e relatar;

3.2.3.1.4. Utilização de um único patch ou poucos patches para atualizar o software, sistema operacional, componentes de software de valor agregado e firmware;

3.2.3.1.5. Suporte de um único fornecedor.

4. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E DO INSTRUMENTO DE AJUSTE

4.1. DO MODELO DE FORNECIMENTO DO OBJETO

4.1.1. Para a execução da contratação, será implementado o método de trabalho baseado no conceito de delegação de responsabilidade. Esse conceito define o CONTRATANTE como responsável pela gestão do contrato e pela verificação de aderência dos produtos e serviços entregues aos padrões de qualidade exigidos; e a CONTRATADA como responsável pela execução dos serviços e gestão dos recursos humanos necessários.

4.1.2. Para o fornecimento do produto e da execução dos serviços objeto do presente instrumento, deverão ser observados os requisitos funcionais (especificações técnicas) e não funcionais aqui estabelecidos.

4.2. DO INSTRUMENTO DE AJUSTE

4.2.1. Sem prejuízo do Capítulo III da Lei nº 8.666/93, o presente instrumento, Anexo Único e a proposta do(s) adjudicatário(s) serão partes integrantes do Instrumento Contratual a ser assinado, cuja minuta consta do ANEXO VI - Minuta de Contrato.

4.2.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Instrumento Contratual, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após seu envio, caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas e faculta ao TCDF convocar as demais proponentes, obedecida a ordem de classificação.



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 22 de 47

4.2.3. O prazo de que trata o item 4.2.2 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, na forma do disposto no §1º do art. 64 da Lei nº 8.666/1993.

4.2.4. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto deste Instrumento.

4.3. JUSTIFICATIVA PARA LOTE ÚNICO

4.3.1. Justifica-se o agrupamento dos Itens em um lote por tratar-se de solução única de fornecimento de equipamentos e prestação de serviço de treinamento sobre esses equipamentos instalados no parque tecnológico do TCDF, os quais não são passíveis de execução por mais um prestador.

4.3.2. No tocante à prestação de serviços de treinamento, os serviços serão pagos conforme a demanda executada pela CONTRATADA, sendo necessária ser precificada no certame para fins de elaboração da proposta mais vantajosa, bem como trazer os valores a serem adimplidos no transcurso da presente contratação.

5. MECANISMOS DE GESTÃO CONTRATUAL

5.1. DOS PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1.1. Para a execução do contrato, será implementado o método de trabalho baseado no conceito de delegação de responsabilidade. Esse conceito define o CONTRATANTE como responsável pela gestão do contrato e pela verificação de aderência dos produtos e serviços entregues aos padrões de qualidade exigidos; e a CONTRATADA como responsável pela execução dos serviços e gestão dos recursos humanos necessários. A execução dos serviços contratados, por parte do CONTRATANTE, pressupõe a existência dos seguintes papéis e responsabilidades:

5.1.1.1. **GESTOR DO CONTRATO:** servidor com atribuições gerenciais, designado para coordenar e comandar o processo de gestão e fiscalização da execução contratual, indicado por autoridade competente;

5.1.1.2. **FISCAL TÉCNICO DO CONTRATO:** servidor da área de Tecnologia da Informação designado pelo CONTRATANTE para a fiscalização técnica da execução contratual e pela verificação dos resultados pretendidos;

5.1.1.3. **FISCAL ADMINISTRATIVO DO CONTRATO:** servidor representante da Área Administrativa, indicado pela autoridade competente dessa área para



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 23 de 47

fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos;

5.1.1.4. **PREPOSTO:** representante da CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento.

5.2. **DEVERES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE**

5.2.1. Receber o objeto do contrato e atestar a Nota Fiscal/Fatura.

5.2.2. Efetuar o pagamento devido, após o adimplemento da obrigação, mediante Nota Fiscal devidamente atestada, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do ajuste.

5.2.3. Exercer a fiscalização dos serviços prestados.

5.2.4. Informar à CONTRATADA, oficialmente, quaisquer falhas verificadas no cumprimento da contratação.

5.2.5. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes, que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seu preposto.

5.2.6. Atender as solicitações de esclarecimentos e pedidos de informações em tudo quanto for necessário à fiel execução dos serviços.

5.2.7. Relacionar-se com a CONTRATADA, exclusivamente, por meio de pessoa por ela credenciada.

5.2.8. Informar à CONTRATADA, oficialmente, quaisquer falhas verificadas na execução do objeto da presente contratação.

5.3. **DEVERES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA**

5.3.1. Fornecer os equipamentos e prestar os serviços de garantia on site com eficiência e presteza, dentro dos padrões exigidos pela Administração.

5.3.2. Prestar serviços de garantia aos produtos objeto deste instrumento, pelo prazo de 60 (sessenta) meses, na modalidade on site, contados a partir da data do recebimento definitivo (efetiva entrega e comprovação técnica de funcionamento dos equipamentos).

5.3.3. Arcar com os custos de fornecimento de componentes para reoperacionalização de



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 24 de 47

equipamentos durante a garantia.

5.3.4. Cumprir as obrigações estabelecidas no Edital e seus Anexos.

5.3.5. Efetuar a entrega, a instalação, a montagem e a configuração dos equipamentos dentro do prazo estipulado e de acordo com as características exigidas no termo convocatório e com a proposta apresentada.

5.3.6. Efetuar transferência de conhecimento para os técnicos da Secretaria de Tecnologia da Informação, de modo que eles sejam capazes de configurar e operar as soluções, caso necessário.

5.3.7. Prestar o serviço de suporte técnico para os serviços gratuitos de manutenção durante o período estipulado, respeitando as condições descritas no citado item.

5.3.8. Portar-se adequadamente nas dependências do TCDF.

5.3.9. Não causar qualquer dano à estrutura física do **Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF e da Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SUTIC**.

5.3.10. **Fornecer, montar, instalar e configurar os equipamentos, bem como** executar diretamente os serviços contratados, não sendo admitida a transferência de responsabilidades para terceiros ou subcontratações não autorizadas pelo CONTRATANTE.

5.3.11. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto, devendo orientar seus empregados nesse sentido.

5.3.12. Acatar as orientações do Gestor/Fiscal do Contrato ou de seu substituto legal, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

5.3.13. Responder, integralmente, pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento empreendido pelo CONTRATANTE.

5.3.14. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do art. 65, §1º, da Lei nº 8666/93.



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 25 de 47

5.3.15. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação exigidas, além de sujeitar-se a outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de Direito Público.

5.3.16. Acatar as recomendações e solicitações efetuadas pela fiscalização do contrato, atinentes ao atendimento desta contratação.

5.3.17. Não utilizar o nome do TCDF, ou sua qualidade de CONTRATADA, em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e impressos;

5.3.18. Recolher, no prazo estabelecido, os valores referentes a penalidades de multas que lhe sejam aplicadas por meio de procedimentos administrativos, decorrentes do não cumprimento das obrigações contratuais.

5.3.19. Responsabilizar-se pelas despesas referentes a tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, transportes, embalagens, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e fornecimento de componentes para reoperacionalização e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do ajuste.

5.4. DA FISCALIZAÇÃO

5.4.1. As disposições que tratam sobre a FISCALIZAÇÃO constam de CLÁUSULA CONTRATUAL do Anexo VII (Minuta do Contrato) do Edital.

5.5. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES

5.5.1. As disposições que tratam sobre PRAZOS E CONDIÇÕES constam de CLÁUSULA CONTRATUAL do Anexo VII (Minuta do Contrato) do Edital.

5.6. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.6.1. As disposições que tratam sobre RECEBIMENTO DO OBJETO constam de CLÁUSULA CONTRATUAL do Anexo VII (Minuta do Contrato) do Edital.

5.7. DO PAGAMENTO

5.7.1. As disposições que tratam sobre PAGAMENTO constam de CLÁUSULA CONTRATUAL do Anexo VII (Minuta do Contrato) do Edital.

5.8. DO REAJUSTE DE PREÇOS

Termo de Referência nº 13 / 2020



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 26 de 47

5.8.1. As disposições que tratam sobre REAJUSTE DE PREÇOS constam de CLÁUSULA CONTRATUAL do Anexo VII (Minuta do Contrato) do Edital.

5.9. DA GARANTIA CONTRATUAL

5.9.1. As disposições que tratam sobre GARANTIA CONTRATUAL constam de CLÁUSULA CONTRATUAL do Anexo VII (Minuta do Contrato) do Edital.

5.10. DOS MECANISMOS FORMAIS DE COMUNICAÇÃO

5.10.1. Para a execução do objeto descrito neste instrumento, serão utilizados os seguintes mecanismos de comunicação:

5.10.1.1. Telefone indicado pela CONTRATADA para suporte e abertura de registro de reclamações sobre o funcionamento da ferramenta;

5.10.1.2. Meio eletrônico (e-mail ou outro sistema web) com confirmação de recebimento;

5.10.1.3. Ofícios, fac-símile e outros meios formais de comunicação.

5.10.2. A CONTRATADA deverá indicar formalmente um preposto apto a representá-la junto ao CONTRATANTE, o qual deve responder pela fiel execução dos serviços contratados, orientando os técnicos de manutenção que prestarão os serviços de suporte técnico autorizado durante o período da garantia.

5.10.3. Para evitar que o CONTRATANTE fique eventualmente sem acesso ao preposto, deverá ser indicado um substituto.

5.10.4. É vedada a indicação de pessoas estranhas ao quadro funcional da CONTRATADA para desempenharem a função de preposto.

5.10.5. Para informar o descumprimento de alguma norma pela CONTRATADA, será utilizado o envio de ofícios escritos, para ciência e providências.

6. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS

6.1. Com base em pesquisa de preços realizada, o valor do montante estimado da despesa para o custo anual, da presente contratação, é de **R\$ 3.310.000,80** (três milhões, trezentos e dez mil reais e oitenta centavos), conforme Anexo II – Planilha Estimativa da Despesa.

6.1.1. Para o ITEM 1, o valor total estimado é de **R\$ 3.292.250,80** (três milhões, duzentos



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 27 de 47

e noventa e dois mil, duzentos e cinquenta reais e oitenta centavos), referente à solução de backup e recuperação de dados, contemplando 1(um) software de gerenciamento de dados e 2 (dois) appliances;

6.1.2. Para o ITEM 2, o valor total estimado é de R\$ 17.750,00 (dezesete mil, setecentos e cinquenta reais), considerando o valor estimado de R\$ 8.875,00 (oito mil, oitocentos e setenta e cinco reais) por treinamento e capacitação da solução de backup e recuperação de dados ministrado, referente à solução descrita no ITEM 1.

6.2. O valor estimado apresentado no ITEM 2 deste tópico não se constitui em qualquer compromisso de realização de consumo para o CONTRATANTE de forma que venha exauri-lo durante a contratação. O valor a ser pago na execução contratual corresponderá ao dos serviços efetivamente solicitados pelo CONTRATANTE, em regime de fornecimento por demanda, podendo ocorrer ou não no decorrer do contrato.

7. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto deste **Termo de Referência** correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF.

7.2. A Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças do TCDF indicará o Programa de Trabalho, a fonte, a natureza de despesa, o código de subatividade e outras informações atinentes à classificação orçamentária dos Itens do objeto.

8. DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

8.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Distrito Federal, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e das demais cominações legais.

8.2. O CONTRATANTE poderá, ainda, utilizar-se da sanção de advertência, prevista no art. 87, I, da Lei n.º 8.666/1993, aplicada subsidiariamente.

8.3. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com o Distrito Federal poderão ser aplicadas à CONTRATADA, juntamente com a multa administrativa.



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 28 de 47

8.4. Outras disposições sobre SANÇÕES APLICÁVEIS na execução contratual, constam de CLÁUSULA CONTRATUAL do Anexo VII (Minuta de Contrato) do Edital.

9. CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1. DO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1.1. Será adotado o critério de **MENOR PREÇO** para julgamento e classificação das propostas, observado os prazos máximos, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no presente Instrumento.

9.1.2. O objeto a ser adquirido se enquadra no conceito de bem e serviço comum, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e do Decreto Federal nº 10.024/2019, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitados por meio de Pregão Eletrônico.

9.1.3. No preço apresentado, deverão ser incluídas todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas do pessoal da CONTRATADA, como também transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direto ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pelo Fornecedor.

9.2. DA HABILITAÇÃO

9.2.1. Além dos requisitos de habilitação verificados por meio do SICAF, o PROPONENTE deverá apresentar a documentação de habilitação complementar, em momento oportuno, segundo os critérios estabelecidos na legislação vigente:

9.2.1.1. **Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda do Distrito Federal**, em conformidade com o art. 193 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), c/c o inc. XIII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 e art. 40, inc. V, do Decreto Federal nº 10.024/2019 c/c art. 7º do Decreto Distrital nº 25.966/2005. Esta certidão será exigida se não estiver contemplada no SICAF;

9.2.1.2. **Declaração** de que atende aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012;

9.2.1.3. **Declaração de Vistoria, declarando ter vistoriado o parque**



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 29 de 47

tecnológico do TCDF, emitido pelo próprio licitante, conforme o Anexo VI (Declaração de Vistoria), ou de que assume os riscos da contratação sem a sua realização. A vistoria poderá ser feita mediante agendamento prévio pelos telefones (61) 3314-2250 (Secretaria de Tecnologia da Informação - STI).

9.2.1.4. **Registro comercial;**

9.2.1.5. **Ato constitutivo**, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.1.6. **Atestado(s) de Capacidade Técnica ou Certidões** que comprove(m) que a empresa tenha executado, ou que esteja executando, para órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do DF, ou ainda, para empresas privadas, **que demonstrem o fornecimento de solução de backup (software de gerenciamento e appliance) e treinamento de utilização da ferramenta fornecida.**

9.2.2. A não apresentação da documentação constante dos itens 9.2.1.1 e 9.2.1.2, não implicará inabilitação do licitante, salvo se não houver possibilidade de consulta do documento via Internet.

10. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

10.1. As disposições constantes neste Instrumento foram elaboradas com base nos seguintes normativos:

10.1.1. Lei nº 8.666/1993 e 10.520/2002;

10.1.2. Decreto Federal nº 10.024/2019;

10.1.3. Decreto Distrital nº 40.205/2019;

10.1.4. Resolução TCDF nº 273/2014;

10.1.5. Instrução Normativa nº 01/2019 – SLTI/MPOG.

11. DOS ANEXOS

11.1. ANEXO II – ESTIMATIVA DE PREÇOS



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 30 de 47

11.2. ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA

11.3. ANEXO IV – MODELO DO TERMO DE COMPROMISSO DE SIGILO

11.4. ANEXO V – MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

11.5. ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE VISTORIA

11.6. ANEXO VII – MINUTA DO CONTRATO

12. DOS RESPONSÁVEIS PELO TERMO DE REFERÊNCIA

12.1. São responsáveis pelo presente Termo de Referência o Chefe do Serviço de Infraestrutura (STI/SI) e o Supervisor de Planejamento da Contratação (SPC).



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 31 de 47

ANEXO II - ESTIMATIVA DE PREÇOS

LOTE	ITEM	QTD	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
1	1	1	Solução de proteção de dados, composta por 1 (um) software e 2(dois) appliances de backup, com serviço de garantia on site por um período de 60 (sessenta) meses.	3.292.250,80	3.292.250,80
	2	2	Prestação de serviço de treinamento e capacitação da solução de proteção de dados.	8.875,00	17.750,00
VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)					3.310.000,80



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 32 de 47

ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

NOME DA LICITANTE, CNPJ, endereço, representante, vem apresentar proposta de preços para Contratação de empresas especializada para atendimento das demandas da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), de acordo com as especificações técnicas e quantidades constantes no Edital do Pregão Eletrônico nº __/2020, para atendimento das necessidades do Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, conforme abaixo:

LOTE	ITEM	QTD	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	1	1	Solução de proteção de dados, composta por 1 (um) software e 2(dois) appliances de backup, com serviço de garantia on site por um período de 60 (sessenta) meses.		
	2	2	Prestação de serviço de treinamento e capacitação da solução de proteção de dados.		
VALOR TOTAL (R\$)					(*)

(*) Valor a ser lançado no Sistema ComprasGovernamentais

Prazo de validade da proposta: mínimo 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo do Edital do Pregão Eletrônico nº __/2020.

Observações:

- Os produtos propostos referenciados no item 1, será novo e possuir garantia e suporte on site, credenciado pelo fabricante na cidade do CONTRATANTE, nos termos do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico nº __/2020;
- Atende aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770 / 2012;
- No valor unitário dos equipamentos, apresentado na proposta de preços, deverá estar contemplado a garantia, na modalidade on site.
- O pagamento dos equipamentos/serviços, incluindo a garantia de que trata este item, será feito de forma integral e em parcela única, sempre que solicitado o cumprimento dos preços licitado, por meio de celebração de contrato de fornecimento específico.
- A Nota Fiscal, referente fornecimento da solução de backup com garantia on site, será única, considerando o disposto na Lei Complementar nº 116/2003 e o Acórdão TCU nº 1.177/2014



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 33 de 47

- Plenário, haja vista que o custo dos equipamentos é superior ao dos serviços de garantia e a operação deve ser tributada pelo ICMS, em consonância com a legislação aplicável em vigor.

Demais condições conforme Edital do Pregão Eletrônico nº __/2020 e seus anexos.

Declaração: [NOME DO LICITANTE] declara que:

- a) A solução proposta **referenciada** no item 1 será novo e possuir garantia e suporte técnico *on site* **de 60 (sessenta) meses**, nos termos do Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão Eletrônico nº __/2020;

Nome da Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Telefone/fax:

Banco/agência/conta:

E-mail:



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 34 de 47

ANEXO IV – MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE SIGILO

Pelo presente Instrumento, eu _____, RG: _____, CPF: _____, representante legal da empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, comprometo-me a manter o mais absoluto sigilo com relação a toda e qualquer informação a que tiver acesso em função das atividades desempenhadas, em razão do objeto contratado no âmbito do Pregão Eletrônico nº ____/2020 ou da relação contratual mantida com o TCDF, sob as formas escrita, verbal, ou qualquer outro meio de comunicação.

Por ser verdade, firmo o presente.
Brasília/DF, ____ de _____ de 2020.

Nome:
Representante legal

TERMO DE CIÊNCIA DO COMPROMISSO DE SIGILO

Os funcionários, abaixo assinados e identificados, declaram-se cientes do Compromisso de Sigilo firmado pela empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº ____.

Por ser verdade, firmo o presente.

Brasília/DF, ____ de _____ de 2020.

Nome:

Relação e assinatura dos Funcionários que Prestarão Serviços junto ao CONTRATANTE

1. _____
Nome:
CPF:

2. _____
Nome:
CPF:

3. _____
Nome:
CPF:

4. _____
Nome:
CPF:

5. _____
Nome:
CPF:

6. _____
Nome:
CPF:

Observação: No caso de substituição ou inclusão de empregados por parte da CONTRATADA, o preposto deverá entregar termo de ciência assinado pelos novos empregados envolvidos na execução contratual.



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 35 de 47

ANEXO V – MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL	ORDEM DE SERVIÇO
	Contrato nº
	OS nº

1. DESCRIÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS

2. PRAZO PARA EXECUÇÃO

Período de execução	Data de início	Data de término

3. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS

4. CUSTOS

Atividade	Valor (R\$)	Total (R\$)
Total		

5. ANEXOS

Documento	Identificação

Brasília-DF, ____, de _____ de 20__.



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 36 de 47

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE VISTORIA

Declaro, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº __/2020, que vistoriei minuciosamente o ambiente, instalações e o patrimônio do CONTRATANTE e que tomei conhecimento das informações necessárias e suficientes para participação do certame e para elaboração da proposta de preço para contratação de empresa especializada para fornecimento de solução de backup para o Tribunal de Contas do Distrito Federal, com garantia e suporte on site por 60 (sessenta) meses, pertencentes ao Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), com fim de execução do ajuste e proclamo estar ciente da complexidade das instalações e bens, como dos termos e condições descritos no respectivo Instrumento convocatório e demais anexos.

Brasília, ____ de _____ de 2020.

Carimbo e Assinatura do Responsável/Representante do Licitante

Nome legível: _____

CPF: _____

Observação - Tendo em vista a faculdade de realizar a vistoria aos locais dos serviços, a ausência da presente declaração não implicará desclassificação do licitante vencedor; entretanto, este não poderá alegar desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes, para eximir-se das obrigações assumidas.



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 37 de 47

ANEXO VII – MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATO Nº _____ QUE ENTRE SI CELEBRAM
O DISTRITO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
E A EMPRESA _____ PARA PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS DE _____ E TREINAMENTO E
CAPACITAÇÃO DA SOLUÇÃO DE PROTEÇÃO
DE DADOS CONTRATADA (PROCESSO Nº
_____/20__-e).**

Pelo presente instrumento, o DISTRITO FEDERAL, por intermédio do TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, com sede nesta Capital, inscrito no CNPJ/MF nº 00.534.560/0001-26, neste ato representado na forma do seu Regimento Interno, _____, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa _____, com sede no _____, CNPJ/MF nº _____ insc. nº _____, representada por seu Sr. _____, CI nº _____, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente instrumento contratual, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações subsequentes, bem como outras normas vigentes relacionadas com o seu objeto e de acordo as cláusulas e condições a seguir enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de solução de proteção de dados, composta por software de gerenciamento, appliance de backup e recuperação de dados – com suporte e garantia *on site* por um período de 60 (sessenta) meses – e treinamento de operação da solução para o Tribunal de Contas do Distrito Federal, de acordo com as especificações e condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2020, em seus anexos e na proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 A prestação dos serviços relacionados à instalação e configuração da solução de proteção de dados, composta de 1 (um) software de gerenciamento e 2(dois) appliances de backup e recuperação de dados – com suporte de garantia *on site* por 60(sessenta) meses – será na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário.



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 38 de 47

2.2 A prestação dos serviços de treinamento e capacitação da solução de proteção de dados será na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA, LOCAL, PRAZOS E CONDIÇÕES

3.1 O prazo de vigência do contrato será de 65 (sessenta e cinco) meses, contados de sua assinatura, consoante o disposto no art. 57, I da Lei nº 8.666/93, sendo seu extrato publicado no Diário Oficial do DF, às expensas do CONTRATANTE, considerando os seguintes prazos:

3.1.1. O prazo para entrega da solução ofertada será de 60 (sessenta) dias contados da assinatura do contrato.

3.1.2. O prazo para a montagem, instalação e a configuração dos equipamentos será de, no máximo, 15 (dez) dias úteis, contados da expedição da Ordem de Serviço do TCDF.

3.1.3. O prazo para início da execução da garantia *ON SITE* será de 60 (setenta) meses, contados a partir do recebimento definitivo dos equipamentos, devidamente montado, instalado, configurado e pronto para utilização nas instalações do TCDF.

3.1.4. O prazo para a realização do treinamento na solução de armazenamento é de, no máximo, 10 (dez) dias, contados da instalação e configuração da solução.

3.2 O objeto da presente contratação está previsto no Plano Plurianual do Distrito Federal (Lei Distrital nº ____/____), encontrando-se no Programa de Trabalho nº “_____ – GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DOS SISTEMAS DE TI - TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL”.

3.3 É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto ajustado não autorizados pelo CONTRATANTE.

3.4 Nos termos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, os prazos de início e de conclusão poderão ser prorrogados, mantidas as demais cláusulas do ajuste e assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

4.1 O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor montante estabelecido na proposta na quantia de R\$_____ (_____),



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 39 de 47

4.1.1 R\$ ____ (____) referente ao fornecimento, montagem, instalação, configuração e prestação de serviços de garantia ON SITE, da solução de proteção de dados, composta por software e *appliance* de backup, com serviço de garantia *on site* por um período de 60 (sessenta) meses, em consonância com as especificações determinadas no item 3 do Anexo I do Edital do Pregão nº ____/2020.

4.1.2 R\$ ____ (____) por cada prestação de serviço de treinamento e capacitação da solução de proteção de dados, em consonância com as especificações determinadas no item 3.

4.2 Todas as despesas como tributos, taxas, embalagens, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer despesas incidentes sobre o objeto desta licitação, correrão por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas oriundas da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do CONTRATANTE, na natureza de despesa: _____, classificação funcional-programática _____ e fonte de recursos: _____.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

6.1. Os valores dos itens que compõem o objeto da presente contratação são fixos e irredutíveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA CONTRATUAL

7.1. Não será exigida a garantia contratual prevista no art. 56 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, em especial:

8.1.1 Receber o objeto contratado nos termos da Cláusula Décima Primeira deste Instrumento contratual;

8.1.2 Efetuar o pagamento do objeto deste contrato, nos termos da Cláusula Quinta mediante Nota Fiscal devidamente atestada;

Termo de Referência nº 13 / 2020



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 40 de 47

8.1.13 Cumprir as obrigações estabelecidas no Anexo I do Pregão Eletrônico nº __/2020.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Constituem obrigações da CONTRATADA, em especial:

9.1.1 fornecer os bens e serviços com eficiência e presteza, dentro dos padrões exigidos pela Administração;

9.1.2 cumprir as obrigações estabelecidas no Anexo I do Pregão Eletrônico nº __/2020;

9.1.3 cumprir orientação do fiscal/executor do contrato;

9.1.4 ressarcir ao CONTRATANTE quaisquer danos ou prejuízos causados à Administração decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, nos termos do art. 70 da Lei nº 8.666/1993, em decorrência do fornecimento dos bens.

9.2 A CONTRATADA fica compelida a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1 A fiscalização e o controle do fornecimento e da execução dos serviços serão exercidos por comissão ou servidor do TCDF, legalmente habilitado e designado para desempenhar esta função, com poderes para praticar quaisquer atos que se destinem a preservar os direitos do CONTRATANTE, devendo o mesmo franquear à CONTRATADA livre acesso aos locais de execução dos trabalhos, bem como aos registros e informações sobre o Contrato, além das atribuições elencadas no art. 2º da Instrução TCDF nº 3, de 22.12.1997.

10.2 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive resultante de imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e na ocorrência destes, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

10.3 Sem prejuízo de outras atribuições legais, poderá a fiscalização da CONTRATANTE:

10.3.1 Determinar as medidas necessárias e imprescindíveis ao correto fornecimento dos produtos e da perfeita execução dos serviços, bem como fixar prazo para



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 41 de 47

as correções das falhas ou irregularidades constatadas; e

10.3.2 Sustar quaisquer fornecimentos e serviços que estejam sendo realizados em desacordo com o especificado pelos fabricantes dos equipamentos relacionados ou, ainda, que estejam em desacordo com o contrato assinado, ou que possam atentar contra o sigilo de informações e a segurança de pessoas ou de bens do CONTRATANTE.

10.4 O produto ou serviço rejeitado, seja devido ao uso de materiais ou peças inadequadas, seja por ter sido considerado mal executado, deverá ser refeito corretamente, com o tipo de execução e o uso de materiais aprovados pela fiscalização, arcando a CONTRATADA com os ônus decorrentes do fato.

10.5 As decisões e providências que ultrapassem a competência do Fiscal do Contrato deverão ser autorizadas pela autoridade competente deste Tribunal em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

10.6. A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pelo CONTRATANTE, durante o período de vigência do Contrato, para representá-la sempre que for necessário.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1 Observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/1993, os serviços serão recebidos da seguinte forma:

- a) **PROVISORIAMENTE**, pelo servidor ou comissão responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até cinco dias úteis da comunicação escrita da CONTRATADA, mediante relatório de execução dos serviços referente à obrigação contratual cumprida, que deverá corresponder ao mês comercial ou sua fração, no caso de a execução ocorrer durante apenas parte do período do mês comercial;
- b) **DEFINITIVAMENTE**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de até noventa dias do término da execução contratual, que comprove a adequação da execução do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 da Lei nº 8.666/1993.

11.2. Em caso de conformidade, o servidor ou comissão autorizará o pagamento, emitindo o aceite definitivo do objeto, por meio de termo circunstanciado também assinado pelo representante da CONTRATADA, em 2 (duas) vias, o qual ficará com uma destas.



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 42 de 47

11.3. Qualquer desconformidade quanto ao objeto contratado, apontada pelo servidor ou pela comissão, acarretará o seu não recebimento definitivo. O servidor ou a comissão discriminará em termo circunstanciado, em 02 (duas) vias, as irregularidades encontradas, ficando a CONTRATADA com o recebimento de uma das vias para as devidas providências, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, cientificada de que está passível das penalidades cabíveis previstas neste Termo de Referência e no instrumento convocatório.

11.4. À CONTRATADA caberá sanar as irregularidades apontadas no recebimento, até o prazo previsto para o adimplemento da obrigação, submetendo à nova verificação o objeto impugnado, ficando suspenso o pagamento até a execução das correções necessárias, sem prejuízo de aplicação das penalidades cabíveis.

11.5 O recebimento provisório ou mensal não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança com relação ao objeto contratado, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

11.6. No caso de bens importados, deverão ser comprovadas sua origem e a quitação dos tributos de importação a eles referentes, comprovações estas que deverão ser apresentadas no momento de sua entrega, sob pena de rescisão contratual e multa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

12.1. Ocorrendo o adimplemento da obrigação contratual, a CONTRATADA emitirá Nota Fiscal protocolizará perante a CONTRATADA, que após a devida atestação, será objeto de pagamento a ser processado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela CONTRATADA.

12.2. Nos termos do Protocolo ICMS 42, de 03.07.2009, os contribuintes enquadrados nos códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE – descritos no Anexo Único do referido Protocolo, deverão utilizar a Nota Fiscal eletrônica (NF-e) prevista no Ajuste SINIEF 07/05, de 30.09.2005, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, salvo nas hipóteses previstas naquele Protocolo.

12.3. Nos termos do art. 3º, §4º da Portaria nº 403/09 da **então** Secretaria de Estado da Fazenda do Distrito Federal (SEF/DF), com redação dada pela Portaria SEF/DF nº 259/13, a obrigatoriedade de emissão de Nota Fiscal Eletrônica – NF-e em substituição à Nota Fiscal modelo 3 aplica-se, também, às prestações de serviços sujeitos ao ISS para a Administração Pública direta ou indireta,



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 43 de 47

inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para fatos geradores ocorridos a partir de 1º de abril de 2014.

12.4. Para que seja efetivado o pagamento deverá ser verificada a regularidade da empresa perante a Fazenda do Distrito Federal, a Fazenda Nacional, a Caixa Econômica Federal quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/CEF) e a Justiça Trabalhista (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT). Nesse sentido, é necessária a apresentação das Certidões Negativas de Débitos, emitidas pelos respectivos órgãos, em plena validade, caso as apresentadas na habilitação estejam vencidas.

12.5. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento susinado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus por parte do CONTRATANTE.

12.6. Caso o CONTRATANTE não cumpra o prazo estipulado no *caput* desta Cláusula, pagará à CONTRATADA atualização financeira de acordo com a variação do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, proporcionalmente aos dias de atraso.

12.7. Se a CONTRATADA for optante pelo Simples Nacional, essa condição deverá ser informada na Nota Fiscal/Fatura, sob pena de ter retido na fonte os tributos incidentes sobre a operação, relacionados no art. 13 da Lei Complementar nº 123/2006.

12.8. Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA caso o(s) fornecimento(s)/serviço(s) seja(m) rejeitado(s) pela fiscalização do contrato, devendo esse(s) ser(em) substituído(s) ou corrigido(s) pela CONTRATADA de modo a obter a aprovação da fiscalização, quando for o caso.

12.9. Nos termos da Lei Distrital nº 5.319/14, o contribuinte do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ainda que imune ou isento, cuja sede, ou matriz econômica, seja estabelecida em outra unidade da federação, sem filial no Distrito Federal, mas que, por força de contrato, convênio ou termo, vise à prestação de serviços no Distrito Federal, em caráter permanente ou temporário, fica obrigado a inscrever-se no Cadastro Fiscal do Distrito Federal - CF/DF.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES APLICÁVEIS

13.1. Aquele que ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento de ajuste, comportar-se de modo inidôneo, fizer



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 44 de 47

declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o Distrito Federal pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.2. O atraso injustificado na execução do objeto sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, calculada de acordo com as fórmulas e os percentuais a seguir, a depender do tempo total de atraso, garantida prévia defesa, sendo observadas eventuais prorrogações de prazo autorizadas a critério do CONTRATANTE.

13.2.1. Cálculo da multa de mora:

13.2.1.1. $M_1 = 4\% \cdot (a/b) \cdot V_E$, quando o tempo de atraso “a” for inferior ou igual ao prazo contratual inicialmente estabelecido para cumprimento da obrigação ($a \leq b$);
ou

13.2.1.2. $M_2 = 4\% \cdot V_E + 6\% \cdot [(a-b)/b] \cdot V_E$, quando o tempo de atraso “a” for superior ao prazo contratual inicialmente estabelecido para cumprimento da obrigação, ($a > b$), em que:

M₁: é o valor da multa de mora, quando o tempo total de atraso “a” for inferior ou igual ao prazo contratual estabelecido para cumprimento da obrigação, ($a \leq b$);

M₂: é o valor da multa de mora, quando o tempo total de atraso “a” for superior ao prazo contratual estabelecido para cumprimento da obrigação, ($a > b$);

a: é o tempo total de atraso na execução do objeto¹, dado na mesma unidade de medida do prazo contratual estabelecido;

b: é o prazo contratual estabelecido para o cumprimento da obrigação; e

V_E: é o valor da parte do objeto que foi demandada para execução.

13.2.2. O valor da multa de mora **limitar-se-á a 10% (dez por cento)** do valor total do contrato.

13.3. A multa de mora apurada na forma do item 13.2.1.1 somente será aplicada quando o seu valor for maior ou igual a R\$ 100,00 (cem reais).

13.4. Para dar efetividade à aplicação da multa de mora prevista no item 13.2.1.2, fica

¹ O tempo total de atraso na execução do objeto corresponde ao tempo transcorrido entre o vencimento do prazo para o cumprimento da obrigação e o momento de sua efetiva execução.



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 45 de 47

estabelecido que será cobrado o valor mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) para a multa de mora, quando o seu montante apurado for inferior ou igual a este valor.

13.5. Pela inexecução parcial ou total do ajuste, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** multa de 12% (doze por cento) ou de 15% (quinze por cento), respectivamente, sobre o valor total do contrato.

13.6. O CONTRATANTE poderá, ainda, aplicar à CONTRATADA, juntamente com a multa por inexecução prevista no item 13.5, as sanções de advertência, de suspensão e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, previstas nos incisos I, III e IV, respectivamente, do artigo 87 da Lei nº 8.666/1993.

13.7. Para dar efetividade à aplicação das multas por inexecução previstas no item 10.5, fica estabelecido que será cobrado o valor mínimo de R\$ 100,00 (cem reais) para cada multa, quando o seu montante apurado for inferior ou igual a este valor.

13.8. A multa de inexecução total do contrato incidirá ainda nos casos em que a CONTRATADA, sem motivo de força maior ou caso fortuito devidamente comprovado, solicitar a rescisão contratual.

13.9. As multas tratadas nesta cláusula serão descontadas do pagamento eventualmente devido pela Administração, da garantia, quando houver, ou, na impossibilidade de ser feito o desconto, recolhidas pela CONTRATADA mediante depósito em conta corrente do CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

14.1 Além de outras hipóteses expressamente previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, garantida a prévia defesa, constituem motivos para a rescisão do Contrato:

14.1.1 Não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais, principalmente quanto às especificações do objeto contidas no Edital do Pregão Eletrônico n. ____/2020;

14.1.2 o atraso injustificado no início do serviço sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE;

14.1.3 o não atendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

14.1.4 o cometimento reiterado de faltas na sua execução, comprovadas por meio de



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 46 de 47

registro próprio efetuado pelo representante do CONTRATANTE, especialmente designado para acompanhar o Contrato;

14.1.5 a decretação de falência;

14.1.6 a dissolução da sociedade;

14.1.7 a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado e impeditivo da execução do objeto deste Instrumento contratual, sem prejuízo do disposto no §2º do art. 79 da Lei nº 8.666/93;

14.1.8 razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade do Tribunal de Contas do Distrito Federal e exaradas no processo administrativo a que se refere este Instrumento contratual, sem prejuízo do disposto no § 2º do art. 79 da Lei nº 8.666/93;

14.1.9 subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto do contrato; e

14.1.10 uso ou emprego da mão-de-obra infantil, sem prejuízo da aplicação de multa e das sanções legais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO EM CASO DE RESCISÃO

15.1 Nos casos de rescisão previstos deste contrato, a Administração adotará as seguintes providências:

15.1.1 - execução dos valores das multas e indenizações a ela devidos; e

15.1.2 - retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados à Administração decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, nos termos do art. 70 da Lei nº 8.666/1993 em decorrência do fornecimento dos bens.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1 Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das partes, com o intuito de solucionar o impasse, sem que haja prejuízo para nenhuma delas, tendo por base o que dispõem a Lei nº 8.666/93, e demais legislações vigentes aplicáveis à espécie.



Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF
Secretaria de Tecnologia da Informação - STI
Supervisão de Planejamento da Contratação - SPC

Pág. 47 de 47

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VINCULAÇÃO

17.1 O teor do Edital, na modalidade de Pregão Eletrônico nº ____/2020, seus anexos e a proposta da CONTRATADA são partes integrantes deste Instrumento Contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 Fica eleito o Foro da Justiça Comum do Distrito Federal, para dirimir eventuais dúvidas relativas ao cumprimento deste pacto.

18.2 Por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente Instrumento Contratual, do qual se extraíram 02 (duas) vias, para um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Brasília-DF, ____ de _____ de 2020.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:
